



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**CÂMPUS DO PANTANAL**  
**Programa de Pós-Graduação**  
**Mestrado em Estudos Fronteiriços**

**ELDER LOPES BARBOZA**

**TERRITÓRIO E ERVA MATE: UM ESTUDO DA ERVA-MATE**  
**EM MATO GROSSO DO SUL E SUA RELAÇÃO COM O**  
**PARAGUAI**

**CORUMBÁ – MS**

**2012**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**CÂMPUS DO PANTANAL**  
**Programa de Pós-Graduação**  
**Mestrado em Estudos Fronteiriços**

**ELDER LOPES BARBOZA**

**TERRITÓRIO E ERVA-MATE: UM ESTUDO DA ERVA-MATE**  
**EM MATO GROSSO DO SUL E SUA RELAÇÃO COM O**  
**PARAGUAI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

**Linha de pesquisa:** Desenvolvimento, ordenamento territorial e meio ambiente.

**Orientador:** Prof. Dr. Carlos Martins Júnior

**CORUMBÁ – MS**

**2012**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B239a Barboza, Elder Lopes.  
Território e erva-mate: um estudo da erva-mate em Mato Grosso do Sul e sua relação com o Paraguai / Elder Lopes Barboza. -- Corumbá, MS, 2012.  
50 f. ; 30 cm.

Orientador: Carlos Martins Júnior.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestrado em Estudos Fronteiriços.

1. Território. 2. Fronteira. 3. Erva-mate I. Martins Júnior, Carlos. II. Título.

CDD (22) 633.77

**ELDER LOPES BARBOZA**

**TERRITÓRIO E ERVA-MATE: UM ESTUDO DA ERVA-MATE  
EM MATO GROSSO DO SUL E SUA RELAÇÃO COM O  
PARAGUAI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, com conceito \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientador: Prof. Dr. Carlos Martins Júnior  
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)**

---

**1º avaliador: Prof. Dr. Gustavo Villela Lima da Costa  
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)**

---

**2º avaliador: Prof. Dr. Noslin de Paula Almeida  
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que me permitiu essas e outras vitórias.

À minha família, motivo de minhas constantes buscas por melhorias.

Ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços (CPAN/UFMS), por me permitir pesquisar em outras áreas do conhecimento, e em sempre estimular a produção intelectual.

Aos professores do Mestrado, por socializar o conhecimento.

Aos colegas de mestrado, pelas parcerias dentro e fora da sala de aula.

Ao meu orientador, pela colaboração nesta e em outras produções acadêmicas.

Aos membros da banca, pela disponibilidade e pelas contribuições para a pesquisa.

Ao Diretor do Câmpus de Bonito (UFMS/CPBO), prof. Noslin, por incentivar o desenvolvimento dos servidores do Câmpus, e por muitas outras coisas que já fez por todos.

Aos amigos, colegas de trabalho do Câmpus de Bonito (UFMS/CPBO) pelas ajudas imensuráveis.

## RESUMO

Através de um estudo exploratório e descritivo, procurou-se mostrar o contexto da erva-mate no Estado de Mato Grosso do Sul, na fronteira Brasil-Paraguai, de modo a contribuir para o desenvolvimento e consolidação dessa atividade na região, sob os moldes do desenvolvimento local. Para tanto, foram utilizados a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, de modo a caracterizar o ambiente, fazer a contextualização histórica e identificar os atores envolvidos. Como resultado, a pesquisa atinge seu objetivo de entender o ambiente que compõe a erva-mate e suas relações com a fronteira.

Palavras-chave: Território. Fronteira. Erva-mate.

## **ABSTRACT**

Throughout an exploratory and descriptive study, this present work has tried to show the Mate Tea context in the State of Mato Grosso do Sul, specially on the border of Brazil-Paraguay, in order to contribute to the development as well as to the consolidation of this activity in the region, taking into consideration the Local Development. Therefore, there were used both documental and bibliographical research, with a goal of characterizing the environment, making a historic contextualization, identifying all the involved actors. As result, it may be said that this present work does reach its main goal, once it provides a better understanding of the Mate Tea environment and its relations to the border.

Key Words: Territory; Border; Mate Tea.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 01** –.Aplicação industrial da erva-mate..... 39

**Figura 02** – Produção da erva-mate em Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul..... 42

## LISTA DE SIGLAS

<b>ABIMATE</b>	Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Erva-Mate
<b>AGRAER</b>	Agência do Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
<b>APL</b>	Arranjo Produtivo Local
<b>EMBRAPA-CPAO</b>	Centro de Pesquisa Agropecuária Oeste
<b>FCO</b>	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>Mercosul</b>	Mercado Comum do Cone Sul
<b>MIN</b>	Ministério da Integração Nacional
<b>SEBRAE</b>	Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SEPROTUR</b>	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo
<b>Sindimate/MS</b>	Sindicato das Indústrias de Erva e Derivados de Mate de Mato Grosso do Sul
<b>UCDB</b>	Universidade Católica Dom Bosco
<b>UEMS</b>	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
<b>UFGD</b>	Universidade Federal da Grande Dourados
<b>UFMS</b>	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
<b>UNIDERP/ANHANGUERA</b>	Universidade para O Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E FRONTEIRA: ABORDAGENS CONCEITUAIS.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Território.....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 Territorialidades.....</b>	<b>18</b>
<b>1.3 Fronteira .....</b>	<b>20</b>
<b>2 FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI : RELAÇÕES HISTÓRICAS NO CONTEXTO DA ERVA-MATE.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 Erva-mate na fronteira Brasil-Paraguai: história e territorialidades.....</b>	<b>28</b>
<b>2.2 Percepção sobre as relações históricas entre Brasil e Paraguai no contexto da erva-mate .....</b>	<b>34</b>
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DA ERVA-MATE EM MATO GROSSO DO SUL: ESTRUTURA, PRODUÇÃO E ATORES .....</b>	<b>37</b>
<b>3.1 Caracterização estrutural e de produção .....</b>	<b>37</b>
<b>3.2 Os atores da atividade ervateira em Mato Grosso do Sul .....</b>	<b>42</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>

## APRESENTAÇÃO

A região de fronteira se caracteriza pela concentração de culturas díspares, convivendo de forma intensa e permitindo a troca de experiências e assimilação da cultura de cada povo. Esse intercâmbio vai além do convívio social, e se funde às atividades econômicas da região, em que diversos atores movimentam e direcionam a economia.

No que diz respeito à região de fronteira, nota-se que diversas atividades econômicas se colocam como passíveis à expansão e desenvolvimento satisfatório. Um exemplo é o turismo, notório em sua participação na economia local e regional, citado por Oliveira (1998, p. 61), como “o elemento que possui maiores chances de ser ampliado, aproveitando melhor a postura fronteiriça”.

A cadeia turística, embora com potencial em exploração, ainda está sendo estruturada, e possui situações que contribuem negativamente para o exercício dessa atividade. Devido a isso, há a perda de crescimento, e, por conseguinte, diminui sua parcela na economia.

Esses fatores negativos podem ser observados e descritos como os pontos de estrangulamento, devido à baixa capacitação e qualificação profissional dos trabalhadores do setor, desarticulação empresarial, alta dependência do poder municipal, além de questões sociais e relacionadas ao meio ambiente. Desse modo, a ausência de um modelo de cadeia produtiva do turismo retarda a capacidade do setor em organizar-se de maneira consistente (OLIVEIRA; PINHEIRO; MICHELS e BRUM, 2008).

Do mesmo modo, outras economias sofrem com a ausência de uma cadeia produtiva eficiente, e outras, com a ausência de uma integração entre os elos da cadeia, outros ainda, não possuem o mínimo de interligação, de modo que passam a trabalhar sozinhos em seus ambientes de negócio.

Muito se tem pesquisado sobre as possibilidades inovativas, mas em decorrência disso, deixa-se de lado a possibilidade de se investir em empreendimentos já estruturados e tradicionais.

Um exemplo disso é a atividade ervateira, famosa por seus tempos de glória e forte influência na economia, bem como influente na cultura local, e que até hoje carrega a história como sua maior disseminadora.

Por sua importância histórica e também, por que não dizer, econômica, merece ser acompanhada para ver até que medida a mesma ainda se mantém como possibilidade inovativa, investindo assim em sua cadeia, e resgatando sua contribuição econômica e cultural de tempos atrás.

A justificativa pela pesquisa sobre a erva-mate se deu pela possibilidade de se abordar aspectos econômicos, como também históricos e culturais, onde aparece ao longo da história a intensa relação entre o Brasil e o Paraguai, trazendo para o debate aspectos da construção da fronteira sul-mato-grossense.

No campo econômico, a dificuldade em transformar o conhecimento tácito em conhecimento explícito ocasiona a perda de informações fundamentais para a inovação e para a consolidação das atividades econômicas, haja vista que a informação e o conhecimento são norteadores da nova economia, na chamada “sociedade da informação”, ou para outros, “sociedade do conhecimento”.

Deste modo, enquanto contribuição para o Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços, o tema se faz pertinente à medida em que abordou, num só trabalho, questões econômicas, políticas, históricas, culturais, dentro da região de fronteira, objeto de debate do Mestrado.

Portanto, a pesquisa que se desenvolveu fica qualificada como *sine qua non* para o campo teórico e prático, contribuindo para o desenvolvimento das pesquisas em nível *stricto sensu* e permitindo à comunidade local se beneficiar das atividades econômicas da região.

Nesta perspectiva, surgiu a pergunta que dá motivação ao estudo: Qual é a realidade atual da erva-mate em Mato Grosso do Sul, na fronteira Brasil-Paraguai? Qual o contexto histórico da atividade ervateira?

Para buscar respostas a tais questionamentos, o pesquisador delimitou as atividades que nortearam a pesquisa, fixada primeiramente em seu objetivo geral, que foi:

- Entender a realidade atual da erva-mate em Mato Grosso do Sul na fronteira Brasil-Paraguai, contextualizando com a história dessa atividade.

Para tanto, fez-se necessário delimitar as atividades direcionadas, através dos objetivos específicos, que seguem:

- Descrever as relações históricas de Brasil e Paraguai no contexto da erva-mate;
- Caracterizar a situação atual da erva-mate em Mato Grosso do Sul;
- Identificar os atores que compõem o contexto da erva-mate na região de fronteira.

Esta pesquisa é classificada como exploratória, do ponto de vista da investigação, de acordo com seu objetivo principal, pois busca verificar a realidade de um objeto cuja mudança a cada período de tempo é significativa, fruto das mudanças que ocorrem nas economias de mercado. O objetivo contempla a pesquisa exploratória, pois “realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre os elementos componentes da mesma.” CERVO; BERVIAN (1996, p. 49)

Essa relação se dá entre as territorialidades que estão intrínsecas entre Brasil- Paraguai e as relações dentro da economia ervateira. De fato, as relações mencionadas pelos autores se torna de fácil identificação na atual estrutura em que a sociedade está inserida, qual seja, a sociedade em rede.

Quanto à investigação, se faz exploratória no sentido que busca ser desenvolvida em um ambiente onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (VERGARA, 2006), sobretudo no campo das inovações e mudanças temporais.

A pesquisa também é caracterizada como descritiva, em consonância com os estudos exploratórios (CERVO; BERVIAN, 1996), ao buscar descobrir precisamente, dentre outras coisas, a natureza e características dos fatos e fenômenos. Dentro dos objetivos específicos, isso ocorre quando se busca identificar fatos históricos no contexto da erva-mate e das relações entre Brasil e Paraguai no campo da política, economia e relações de trabalho.

Delimitados os objetivos, a pesquisa, através de estudo exploratório e descritivo, buscou alcançar os objetivos apresentados utilizando dois tipos de instrumentos.

Inicialmente, o instrumento de coleta de dados utilizado foi através de pesquisa bibliográfica que serviu de base para verificar o pensamento de

pesquisadores a respeito do tema, e o direcionamento abordado por eles que contribuiram para a construção efetiva do arcabouço teórico.

A pesquisa bibliográfica também foi utilizada para descrever os marcos históricos que compõem a relação Brasil-Paraguai em torno da erva-mate, sua evolução e desenvolvimento ao longo do tempo, mostrando a interação entre os povos desses países, no território fronteiriço.

O outro instrumento foi através da pesquisa documental, a fim de identificar os atores envolvidos no contexto da erva-mate, e também aspectos históricos e econômicos. Para isso, fez-se utilização de dados estatísticos e geográficos dos órgãos que trabalham o tema. O campo, através da pesquisa documental, permitiu o mapeamento das informações, fontes de dados que foram utilizadas para a construção do trabalho aplicado.

Exposta a metodologia utilizada, segue-se para a descrição da estrutura do trabalho, ou seja, a forma como está dividido, de modo a facilitar o entendimento do leitor no acompanhamento do tema e do encadeamento das ideias explicitadas no decorrer da pesquisa.

A estrutura da pesquisa se inicia com a abordagem teórica que contempla o entendimento sobre os conceitos do Programa de Mestrado, quais sejam, os de território, territorialidades e fronteira. Faz-se necessário tal debate, pois nesses pilares também se sustentam a pesquisa, contextualizando o território em que se localiza a pesquisa, as territorialidades inerentes às relações entre os povos, e a fronteira, no campo físico (Brasil – Paraguai), e simbólico (relações entre os povos).

Posteriormente, faz-se a abordagem territorial e de relações no âmbito Brasil-Paraguai, nos aspectos históricos, geográficos e econômicos, contextualizando a pesquisa em seu universo de estudo.

Numa terceira seção, insere-se a pesquisa já no que diz respeito à erva-mate, objeto central, também resgatando aspectos históricos, geográficos e suas relações com território fronteiriço.

Deste modo, pode-se fazer as análises pertinentes, bem como a partir de tais compreensões, discorrer as implicações e considerações a respeito do que foi levantado, e assim contribuir para o enriquecimento do conhecimento científico de modo explícito, materializado.

A variedade de abordagens foi possível graças à característica interdisciplinar que Mestrado em Estudos Fronteiriços possui, possibilitando à pesquisa se enveredar por mais de um viés de reflexão.

# 1 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E FRONTEIRA

Para o começo das investigações propostas, faz-se necessário a abordagem dos conceitos e entendimentos que permeiam as discussões, a partir de autores como Claude Raffestin (1993; 2005), Lia Osório Machado (2005), e Marcos Aurélio Saquet (2007;2009, que corroboram com o pensamento do pesquisador, face aos desdobramentos que o conhecimento humano possui, numa rede de temas que se correlacionam.

Deste modo, para que o tema em questão se situe, abordagens sobre território, territorialidades e fronteira são fundamentais para o desenrolar da pesquisa.

## 1.1 Território

Para o debate do território, fundamentalmente pensa-se em primeiro momento nas relações de poder que o mesmo carrega em seu bojo, onde seus atores (em uma trama, em um palco de territorialidades), ou seus agentes (em uma ação) formam e transformam o espaço, de acordo com suas construções históricas, sua cultura. O território “pressupõe um espaço físico dotado de recursos naturais e materiais delimitados política e culturalmente” (COSTA, 2008, p. 62).

O território é resultado das relações humanas – sociais, culturais, mas essencialmente políticas – sobre um receptáculo físico que se modifica e é modificado (COSTA, 2009). É através da ação social que as formas culturais encontram articulação, e pelos atores, agentes ou participantes dessa ação que a legitimam.

O território é espaço geográfico apropriado pela ação do homem, ou de um grupo de homens que começam a delimitar e a dominar, através de mecanismos como o poder político, e assim inserir toda a carga cultural trazida por cada um que se estabelece, onde os limites são identificados e mostrados para os próximos que vierem também a se estabelecer.

Esta organização, que passa a desenvolver as relações sociais e, por consequência, as relações de poder, faz com que diferencie e se formem as

comunidades locais e, em macro ambiente, a sociedade. Não se podem evitar tais formações, face à inerência do ser humano em viver essas relações (SAQUET, 2007).

O território antes de qualquer outra coisa é relação social, é a expressão concreta do espaço apropriado. Território significa, dentre outras coisas, movimento de pessoas; e é produto de relações de poder, sendo fundado em comportamentos humanos, em uma interatividade que envolve comunicação, cooperação, troca, e que não cessa. (RAFFESTIN, 1993).

O território significa, ainda, apropriação, infra-estrutura, redes de comunicação e circulação (configurações reticulares); obras e relações sociais; mobilidade, transformações sócio-espaciais historicamente condicionadas, enfim, uma construção material inerente à vida em sociedade (RAFFESTIN, 1993).

Embora não se ignore os preceitos que Haesbaert (2006) descreve sobre a história da concepção do território, lembrando a abordagem naturalista, em que vê o território no sentido físico, material, onde chega a relacionar o homem como tendo uma raiz na terra, a abordagem territorial desta pesquisa se concentra na dimensão cultural e econômica das relações, numa concepção etnocêntrica, como o próprio autor denomina, não ignorando a relação sociedade-natureza, todavia, não se pretendendo ao simples jogo territorial físico nela empregada.

Pela inovação social e cultural, os homens transformam seu meio social (RAFFESTIN, 1993). Essa transformação, dada às suas territorialidades, possibilita inferir, em dados parciais, que é preciso observar mais intensa e sistematicamente como as pessoas enxergam a fronteira, se a enxergam, e suas percepções em relação a ela. Não somente o fronteiriço, mas os que, de uma forma ou de outra, tem contato com a fronteira.

A população, como menciona Raffestin (1993), integra um dos trunfos do poder e está na origem dele, logo, indispensável. Sem ela não acontece a ação que ocasiona as relações. O território, neste caso a fronteira que logo adiante é conceituada, é o palco onde ação ocorre, ou, ao se denominar palco, onde os atores atuam nessa relação.

O homem vive as relações sociais, e como aponta Saquet (2009, p. 87), também vive a construção do território, interações e relações de poder; ‘diferentes atividades cotidianas que se revelam na construção de *malhas, nós e redes*, construindo o território’. (grifo do autor).

De acordo com Raffestin (1993, p. 53), “o poder se manifesta por ocasião das relações”, sejam elas amistosas ou de confrontos, conflitos. Pensar isso quando se observa a diversidade étnica e cultural da região de fronteira sugere, erroneamente, que só existem relações intensas quando há conflitos, como é o caso da fronteira México – Estados Unidos e a imigração ilegal e o tráfico de drogas, o oriente médio e os conflitos político-religiosos, ou mesmo, em uma realidade mais próxima, Brasil e seus países vizinhos, quando do tráfico, contrabando, descaminho, dentre outros.

Talvez por força da mídia e da relação de poder que ela tem com a população, em uma relação de privilégio na construção de uma suposta verdade, os fatos negativos sobrepõem os fatos positivos. Não se ouve com tanta intensidade, nem mesmo com a intensidade merecida, falar dos acordos de cooperação neste território, nem das manifestações culturais adquiridas, apropriadas, ou cultivadas, pelos povos fronteiriços.

O que suscita curiosidade é ver que essas manifestações culturais do território em questão, em um primeiro momento, são desprezadas das relações de poder que imperam em outras esferas, como a política e economia, instrumentos-chave de utilização do Estado. Acontecem porque acontecem. Acontecem, pois são externadas da essência dos indivíduos que compõem um grupo, cuja formação histórica lhes atribuiu elementos ao longo de sua construção.

Até mesmo no dia-a-dia das relações, o item economia acaba passando por cima das convenções burocráticas, e funcionam bem, na medida de suas possibilidades, e o Estado inclusive se beneficia dela, como é o caso da economia informal, às vezes tratada como criminosa e ilegal. Sem entrar no mérito da legislação que rege o país, apenas destaca-se aqui a presença de frieza quando a Lei determina o certo e o errado, sendo que no dia-a-dia do convívio social essa frieza dá lugar à ebulição das relações sociais, de territorialidades cuja imaterialidade e dinamismo desprezam o controle que lhes é imposto.

Devido a essa imaterialidade do território não é possível vê-lo (COSTA, 2009), pois ações das pessoas, suas territorialidades, acontecem através de manifestações abstratas, que não são regulamentadas nem vistas em mecanismos concretos.

Um território não precisa estar contido e registrado nas normativas do Estado, pois se faz presente na imaterialidade de cada um que o compõe, e deste

modo suas ações, também no campo da imaterialidade, dificultam o entendimento daqueles que vem no território algo físico, ou puramente como delimitador, como no caso da fronteira, que pode ser vista, sobretudo, no campo do simbolismo (PESAVENTO, 2002).

A ação do homem no espaço, para compor o território, ações essas que não necessariamente são benéficas, abre para a discussão sobre territorialidade, em que no território, o palco, ou o lugar de ação do homem, se manifesta.

## 1.2 Territorialidades

As territorialidades tem importância fundamental para a formação e desenvolvimento de grupos sociais, com as ações inerentes ao território, e para isso aborda-se a formação da idéia sobre o que se entende por territorialidade.

Segundo Lia Osório Machado et. all. (2005, p. 91),

a territorialidade é um processo de caráter 'inclusivo, incorporando velhos e novos espaços de forma oportunista e/ou seletiva, não separando quem está 'dentro' de quem está 'fora'.

Também pode ser compreendida como “mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita nas ações sociais (DEMATTEIS apud SAQUET, 2009, p. 87).

Nessa ebulição de relações de poder e identidades simbólico-culturais (SAQUET, 2009), tais processos estão inseridos no interior da formação de cada território, e por consequência, nos arranjos territoriais deles derivados, sejam em instituições sociais como no seio familiar.

Da territorialidade humana na vida cotidiana, numa compreensão renovada e histórico-crítica, entende-se que as relações de poder e identidades, exigem o entendimento de que o real possui características heterogêneas e homogêneas. Deste modo, reconhecer essas características é trabalhar com a possibilidade de se colocar no lugar do outro, de ver o outro não como estranho, mas como diferente e digno de observação.

No campo da territorialidade, exige-se concentração especial no âmbito das transformações e traços culturais dos povos, tendo em vista que as

territorialidades humanas são múltiplas, históricas e relacionais (SAQUET, 2009). Assim, cuidados são exigidos para que não se perca as facetas de uma cultura que pode, ao longo de sua história, ter influenciado e se relacionado com a cultura de outros povos, se inserindo na mesma.

Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade, contribui para desmistificar certos conceitos que o senso comum cristaliza ao longo do tempo, e do preconceito se forma o conceito, e do parecer se torna o ser (GEERTZ, 1978).

À medida que se conhece, e mais, que se compreende a cultura de um povo, menos gritantes parecerão suas manifestações culturais, algumas vezes tidas como inaceitáveis, ou mesmo, além da aceitação racional. Essa normalidade empregada ao ver determinada situação de uma cultura é o medidor da frequência e sintonia que se está entre o observador externo e o integrante da mesma.

Como relata Oliveira (2004) apoiado nos estudos do sociólogo Abdelmalek Sayad a respeito da imigração, em sua pesquisa que abrange especificamente imigrantes sírios, libaneses e palestinos, permite observar o jogo de identidades e culturas que os povos provocam e são provocados.

Em sua pesquisa na cidade de Corumbá-MS, o autor relata que “o imigrante só deixa de sê-lo quando não é mais assim denominado e, conseqüentemente, quando ele próprio assim não mais se denomina, não mais se percebe como tal” (SAYAD apud OLIVEIRA, 2004, p. 197).

Motivado por esse discurso, visualiza-se o jogo de apropriação e expropriação das identidades de indivíduos que saem de seu território para outro, trazendo traços culturais e formando elos entre seu antigo e seu novo espaço de territorialidades.

Quando, no âmbito da antropologia, entende-se que a cultura não é um poder, mas sim um contexto, fica evidente o possível choque entre as relações de poder que o Estado ou as organizações tentam controlar e direcionar, e a cultura que se mantém e se desenvolve ao longo da história de determinado povo.

É interessante observar, ainda nesse contexto, que não é difícil verificar ao longo da história fatos em que a cultura de um povo foi se modificando face ao emprego do poder por parte dos novos integrantes daquele território, como por exemplo, por ocasião da colonização. Analisando na perspectiva de Geertz (1978)

de que somente um “nativo” faz a interpretação em primeira mão de sua cultura, o emprego do poder contribui na descaracterização da cultura desses povos.

Nesse cenário, é válido questionar até que ponto, seja uma cultura de fronteira ou não, há o interesse em se preservar o que está posto, ou, em que momento se torna necessário influenciar a cultura desses povos para um interesse de organizações maiores e poderosas.

A territorialidade e seus processos de TDR (Territorialização – Desterritorialização-Reterritorialização), permitem indagar os movimentos de influencia, aparecimento, desaparecimento e modificações territoriais no âmbito da cultura, onde a história é construída, destruída e reconstruída ao longo do tempo.

Estritamente sobre a fronteira, conota-se numa primeira imersão, que existem no mínimo duas culturas, que a todo instante estão em fluxos de interação, e possivelmente, seus integrantes absorvendo uma e outra característica, ou um conjunto de características que talvez não lhe é pertencido até então.

Como visto, uma relação de poder implica informação e energia de um dos lados, ou dos dois lados. Portanto, para que a cultura não tenha seus aspectos esquecidos e suas territorialidades (no que tange aos povos) modificadas para interesses outros, os integrantes do território devem fortalecer constantemente suas raízes, e não se render ao discurso do Estado, o mais habitual e impetuoso influente, mas mesclar aspectos positivos ao seu modo de viver, sem, contudo, esquecer suas origens.

Nesse entendimento, buscar na fronteira o aporte para os movimentos territoriais e de territorialização faz-se importante, à medida em que nela está imbricada a cultura em seu grau de ebulição mais fervoroso.

### **1.3 Fronteira**

Os conceitos que se referem à Fronteira são de fundamental importância para o entendimento deste tema, sobretudo para dar à ela sua autonomia e desenvolvimento que muitas vezes o Estado negligencia, ao vê-la como um problema e não como uma solução.

Porém, não é objetivo deste trabalho fazer o debate das várias concepções de fronteira, nem mesmo abordar a etimologia da mesma, como sua

derivação do latim '*fronteria*' ou '*frontaria*', fixando-se então aos conceitos debatidos no livro "Territórios sem limites", organizado pelo professor Tito Carlos Machado de Oliveira, e de seus autores, que expõe a fronteira como elo de integração, interesse desta pesquisa. Como se faz necessário, entretanto, expõe-se nessa seção descrições sobre o que e para que se entende fronteira.

A partir do reconhecimento da importância do fortalecimento da cooperação através dos blocos regionais, "as fronteiras passaram a desempenhar papel estratégico para o desenvolvimento sustentável nacional, dado que, em função de características comuns e necessidades de desenvolvimento articulado, configuram-se como pontos estratégicos para catalisação e fortalecimento da integração dos países." (GADELHA; COSTA, 2005, p. 25).

Conforme esclarece Castrogiovani<sup>1</sup> a fronteira é "uma zona que constitui uma faixa de território, a faixa de fronteira" e nesse sentido, sendo areolar, conforme ainda menciona o autor.

Assim, as discussões sobre a fronteira se prendem à faixa, zona, região, que embora pertinentes, deixam em segundo plano a importância da fronteira enquanto elo de integração, de manifestações que só ela possui, pois "a fronteira vai muito mais além do fato geográfico que ela realmente é, pois ela não é só isso" (RAFFESTIN, 2005, p. 10).

Ao se fixarem nesse viés de pensamento, deixam de dar atenção, por exemplo, ao que propõe Britts e Costa (2009, p. 173) onde afirmam que "a partir do momento em que os municípios fronteiriços se propuserem a pensar o desenvolvimento territorial de forma integrada e verem a fronteira como oportunidade, as chances de modificações em benefício mútuo, serão, provavelmente bem maiores".

Esta afirmação, embora focada aos municípios fronteiriços, se estende a todos que pensam e se preocupam com o tema fronteira, sejam pesquisadores, poder público, gestores, instituições não governamentais, e por que não dizer, o próprio fronteiriço, causa e efeito disso.

No entendimento de Nogueira (2007), é dada ênfase ao sujeito fronteiriço considerando-se a sua relação com o lugar. Ou seja, a fronteira deve ser

---

<sup>1</sup> Fala proferida durante sua palestra no Seminário de Estudos Fronteiriços, realizado em Corumbá-MS, em 2010.

interpretada a partir da compreensão que seus habitantes têm dela e de como e quando eles se relacionam com seus vizinhos e mesmo com seus compatriotas das regiões mais centralizadas em cada território.

Ainda no entendimento do autor, a fronteira recebe toda carga de territorialidades no cotidiano, em seus mais variados aspectos, como lazer, trabalho, contravenção, consumo, defesa, disputas, reconhecendo, ainda que o outro lado tenha suas peculiaridades, suas próprias leis e que elas podem ser diferentes em cada território. Com isso, entende-se que a fronteira é um espaço capaz de refletir o grau de interação ou ruptura entre sociedades distintas, e que ela mensura a intensidade dessas relações.

Quando Raffestin (1993, p. 53) afirma que “toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta sua multidimensionalidade”, ele nos provoca para que analisemos quais as intenções, quais as finalidades nessa relação de fronteira. A história pode mostrar como se trilhou o caminho para que as fronteiras se estabelecessem no que diz respeito aos povos que nela foram habitar, mas não só isso, deve ser pensado e entendido também o que se pode aprender e utilizar no cotidiano dessas fronteiras.

Na tradução de Pesavento para o texto de Leenhardt (2002, p. 27), fica evidenciado que “o aspecto estático de *front* não impede, bem entendido, que por um movimento que venha do interior do território a fronteira se transforme em um *front* móvel”. Ademais, estática permanece até o momento em que os habitantes desse território passam agir, se relacionar, e fazer com que a fronteira se mova, num movimento de ir e vir além dos limites territoriais. A partir daí, e dependendo das relações atribuídas à fronteira, começam a surgir necessidade de intervenções para a regulação desse território, por parte do Estado.

O estabelecimento de relações políticas, de controle e de utilização entre os dois lados fazem com que não mais haja somente as relações espontâneas.

Embora as relações políticas sejam aleatórias, por sua autonomia, suas implicações devem ser pensadas meticulosamente para que não haja consequências negativas, não só ao Estado – primeiro a ser lembrado, mas aos moradores que sem dúvida são os primeiros e os mais afetados quando das consequências de erros políticos.

Numa região de fronteira todas essas implicações se atenuam, e por isso pensar a fronteira é pensar o fronteiriço, é pensar a dinâmica fronteiriça como

provocadora das territorialidades que afetam além dos limites geográficos, sem sarcasmo da analogia.

Entretanto, é válido destacar que ao pensar na fronteira levando em consideração o fronteiriço, ocorre de não se limitar, como é percebido, ao controle das pessoas e de suas ações, numa tensão constante que beira à manipulação nas amplas esferas. Ações desencadeadas pelo Estado demonstram essa limitação do olhar sobre a fronteira, quando das rotineiras políticas de controle de imigração, contrabando, descaminho, tráfico, ou ilicitudes (muitas definidas somente pelo Estado como ilicitude) das mais variadas modalidades.

Ações objetivas são contraditórias à medida que a população e as relações sociais são carregadas de características subjetivas, e a aparente desordem não necessariamente reflete um problema, e não necessariamente precisa de intervenção, pois nessa desordem existe uma ordem. Nessa perspectiva, para enxergar e compreender essa dinâmica do território, é preciso estar inserido e vivendo tal realidade, o que o Estado não faz, face à sua rigidez.

As fronteiras são, sobretudo, culturais, e no jogo social das representações, estabelece classificações, hierarquias e limites, que por si a transformam no bojo das territorialidades, com desdobramentos na política (PESAVENTO, 2002).

Sendo assim, o fator cultura como elo de integração na história de um povo, ou no caso da fronteira, dois ou mais povos, aterrissa como caminho para compreensões fundamentalmente identitárias.

## **2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI : RELAÇÕES HISTÓRICAS NO CONTEXTO DA ERVA-MATE**

A necessidade de compreender a atividade ervateira passa também por uma dimensão territorial, haja vista que compõem uma parcela da economia brasileira integrada às economias de outros países. Tal afirmação até parece redundante face ao fenômeno globalização estar entranhado no pensamento contemporâneo.

As redes de colaboração nos mais variados campos teóricos e práticos deixam evidente a importância do trabalho em conjunto, e nessa perspectiva a atividade ervateira também necessita o fundamento da colaboração e do trabalho em rede.

A própria compreensão da fronteira como passagem e como integração garante a importância de dialogar sobre o tema, tendo em vista o esforço dos países em solidificar e expandir cada vez mais o Mercosul – Mercado Comum do Cone Sul.

“O Mercosul se apresenta muitas vezes representando uma realidade econômica que assumem dimensões continentais. Os países que o integram compõem uma área territorial que se estende por mais de 11 milhões de quilômetros quadrados, dos quais quase 30 mil quilômetros de fronteiras.” (MELO, 2009, p. 224).

Nesse cenário, é evidente a importância de entender a atividade em dimensões integradoras que possam atingir o Mercosul, tendo em vista sua importância sob o ponto de vista produtivo, sendo que este bloco “abrange uma potencialidade mercadológica formada por 235 milhões de habitantes, dos quais mais de 180 milhões apenas no Brasil.” (MELO, 2009, p. 224).

Mesmo considerando variáveis e fatores negativos, como a concorrência e o protecionismo de alguns países do bloco para com seus produtos, ainda assim é possível desenvolver a economia da erva-mate numa perspectiva continental, aproveitando as facilidades e acordos dos países que integram tal grupo.

No entanto, na construção do pensamento, começa-se do passado para o futuro, e dessa forma, passa-se pela caracterização das relações Brasil-Paraguai.

A identidade, o cotidiano, os costumes, todos esses aspectos fazem parte das relações fronteiriças e permitem a mescla que cria tais territórios e as territorialidades próprias desse lugar, que permite a convivência em uma só realidade.

No que se refere à fronteira Brasil-Paraguai, existe a mobilidade populacional constante, que influencia o cotidiano da fronteira, trazendo e levando outras identidades socioculturais (SOUZA, 2009). Um exemplo emblemático dessa mobilidade é a Ponte Internacional da Amizade, constituída pessoas que a utilizam para os mais variados interesses, deixando evidente que a ponte é um fragmento do espaço com diversas territorialidades.

Esse fluxo constante, e para muitos, incontrolável, de territorialidades na fronteira Brasil- Paraguai nos impõe a reforçar a idéia de que o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e efetiva (HAESBAERT, 1997).

Outros aspectos merecem referência, no que trata das relações entre Brasil e Paraguai. Os dois países possuem acordos nas áreas de tecnologia, televisão digital e pesca. No que se refere a números, o comércio bilateral chegou a US\$ 3,16 bilhões em 2010, o que representa aumento de 39% em relação a 2009. De janeiro a maio de 2011, o comércio entre os dois países atingiu US\$ 1,3 bilhão, sendo que US\$ 1,1 bilhão corresponde a exportações brasileiras.

Além disso, como grande parceria celebrada entre Brasil e Paraguai, existe a hidrelétrica de Itaipu, situada no rio Paraná, responsável pelo suprimento de mais de 80% da energia elétrica consumida em todo o Paraguai e cerca de 30% do abastecimento das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, regiões que concentram cerca de 65% da população brasileira.

Em declarações neste ano de 2012 do atual presidente do Paraguai, Federico Franco, o mesmo afirmou que não pretendia fornecer mais energia barata a seus vizinhos Argentina e Brasil. Mesmo com intervenções diplomáticas e com a garantia do fornecimento garantido por contrato e tratado celebrado entre os dois países, assinado em 1973, tal afirmação mexeu com as relações entre os dois países, o que evidencia a complexidade existente nas relações fronteiriças, de parcerias a rompimentos de acordos.

Embora não seja foco deste trabalho, cabe mencionar, a título de contexto, que Federico Franco assumiu a presidência do Paraguai após o Senado do Paraguai condenar em junho de 2012 o até então presidente do país, Fernando Lugo, em um processo político muito rápido aberto contra ele na véspera de sua condenação, o que foi encarado pelo governo e pela comunidade de países sul-americanos como um golpe de estado, ainda não digerido por vários países.

Cada sociedade cria seu(s) território(s) e territorialidade(s) de acordo com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas (SAQUET, 2007). Assim, as relações entre os mesmos também se desenvolvem nesse ritmo, seja para bem ou para mal. No caso do Brasil e Paraguai, a violência, que não é exclusiva somente nesta fronteira, também é motivo de preocupação e de interesse dos dois países para mediar e remediar essa situação.

Por possuir uma fronteira extensa entre os países, o controle efetivo na faixa de fronteira, definida como 150 km entre os países vizinhos, fica difícil para os dois lados.

A ação de grupos armados que atuam no país e o crime organizado internacional são apenas alguns itens que causam preocupação. O crime organizado na Faixa de Fronteira, principalmente tráfico de drogas e de armas, é beneficiado pela imensa capilaridade que existe na malha viária e pelo trânsito de veículos dos mais variados tipos. Pelo grande fluxo de comércio local e o mercado informal na fronteira Brasil-Paraguai e também o trânsito, além das ligações aquaviárias existentes entre esses países, se torna um jogo perigoso e difícil de intervenção dos dois lados, o que permite o acesso livre desses grupos criminosos para usarem os dois países como base de apoio para suas atividades.

Por esta via, a ação conjunta dos dois países fica a desejar, ao passo que também se torna fundamental parcerias efetivas para coibir tais práticas, pautando-se na união dos governos, e que os governos observem a fronteira com um olhar diferente, com a devida importância que ainda não foi dada.

Essa importância já era para estar reconhecida e trabalhada, haja vista que nos últimos trinta anos o fluxo migratório de brasileiros rumo ao Paraguai assumiu grandes proporções, tendo início nos anos 60 e com aumento da intensidade nos anos de 1970. Esse fenômeno migratório se deu em decorrência da modernização agrícola brasileira, e devido a construção da Usina Hidrelétrica de

Itaipu que ocasionou a perda de terras por parte dos pequenos agricultores, obrigando-os a migrar para o Paraguai.

Os números exatos de brasileiros existentes no Paraguai não são de fato conhecidos, devido a migração ter ocorrido de forma ilegal. Números oficiais mencionam 112 mil pessoas, embora estatísticas extra-oficiais afirmam que pode chegar a mais de 1 milhão de brasileiros, concentrados sobretudo na região de fronteira com o Brasil.

No processo inverso, brasileiros que estavam no Paraguai já retornaram para o Brasil, devido à modernização agrícola intensificada a partir de 1980. Além disso, os ‘brasiguaios’, como ficaram conhecidos os brasileiros que migraram para o Paraguai, bem como seus descendentes., tem sido alvos de conflitos com os nativos daquele país.

À época da migração, muitos brasiguaios compraram terras de colonos paraguaios, porém, sem registro de compra, fruto da migração irregular. Ocorre agora que os paraguaios acusam os brasileiros de ocuparem suas terras, afirmando que elas foram ilegalmente adquiridas, em prejuízo do povo nativo. Nesse contexto, a tempo ocorrem invasões lideradas por Movimentos de Sem-Terra, que estão expulsando os agricultores brasiguaios.

Questões identitárias também são observadas quando há notícias de que os paraguaios acusam os brasileiros falarem sua própria língua, de usarem uma moeda própria, de hastear a bandeira de outro país e de possuírem as melhores terras em território paraguaio, e reclamam de que a segunda língua dos filhos dos brasiguaios é o português, em vez do guarani. Tudo isso para eles é uma segregação criada pelos brasileiros que lá habitam.

Observa-se, por tais fatos, que a identidade é um conjunto de relações, a partir de uma experiência de base, sempre em ação e construção, e que incorpora elementos novos (BOFF, 2008). Nem sempre a construção se faz amistosa, como verificado, haja vista que as relações não são estruturas imutáveis, mesmo assim, de conflitos e parcerias, se constrói a identidade dos povos, e na fronteira, com ebulição dessas identidades e relações, as múltiplas relações que são possíveis graças aos habitantes e suas territorialidades no espaço fronteiro.

## 2.1 Erva-mate na fronteira Brasil-Paraguai: história e territorialidades

Com base na pesquisa de Isabel Cristina Martins Guillen, Doutora em História pela UNICAMP, em que retrata a o regime de trabalho nos ervais da Companhia Matte Laranjeira; na obra “O ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul: 1883-1947” publicada pelo Instituto Euvaldo Lodi; no livro “A Companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do sul de Mato-Grosso”, de Odaléia da Conceição Deniz Bianchini; e no livro “Educação e trabalho na fronteira de Mato Grosso: estudo histórico sobre o trabalhador ervateiro (1870-1930)”, da autora Carla Centeno, esta pesquisa se fixa para relatar o contexto histórico, geográfico e as relações da erva-mate com o espaço fronteiriço, na fronteira Brasil- Paraguai.

A erva-mate foi a principal atividade econômica, no final do século XIX e começo do século XX, cujas técnicas de elaboração eram sabidas pelos paraguaios, que por sua vez herdaram da tradição indígena guarani.

A erva-mate (*illex paraguayensis*) é uma planta nativa de uma vasta porção do continente sul americano e que abrange o sul de Mato Grosso, o leste paraguaio, o território de Misiones na Argentina e o noroeste paranaense. Tal região constituía uma unidade do ponto de vista cultural, bem como das práticas de trabalho.

Na região sul, as atividades extrativistas de erva-mate exerceram domínio incontestável. Porto Murtinho, e posteriormente Ponta Porã, foram as cidades para onde convergiram trabalhadores e negócios. Essa região sul mato-grossense estava inserida numa rede em que as fronteiras nacionais eram bem mais fluidas, e cidades como Posadas, na Argentina, e Vila Concepción, no Paraguai, exerciam influência considerável na vida econômica das cidades e dos vilarejos fronteiriços.

Como trata Helio Serejo (1986), a origem do uso da erva-mate nos mostra as populações pré-colombianas, bem como, posteriormente, é conhecida pelos conquistadores luso-espanhóis e os jesuítas, que passaram a estudar a planta misteriosa, *caá* (*Ka'a*), como chamavam os guaranis.

Em 1588, deu-se inicio a estudos mais sérios a fim de aproveitar melhor as potencialidades da erva, no continente sul-americano, dada a descoberta de suas propriedades atenuadora da fome, diurética, levantadora de forças, afrodisíaca,

entre outras. Quando se percebeu que com a folha, batida e picada, poder-se-ia fazer o mate queimado, um tônico de primeira qualidade, o interesse pela planta misteriosa, e depois, “milagrosa”, cresceu assustadoramente.

Natural do vale platino, no início, a folha era quebrada com as próprias mãos e mascada. Posteriormente, vieram o chá e o chimarrão, acompanhados do tereré, aprovados pelos jesuítas da Companhia de Jesus que, em trabalho, aumentaram consideravelmente o plantio em Missões, porque a erva que daí procedia tinha mercado garantido em Buenos Aires, entretanto, era um produto fraco, diferente da erva paraguaia, que os guaranis faziam questão de aprimorar o fabrico.

A exploração econômica da erva-mate, em sua fase inicial, fase de muitas dúvidas e até de desalento, comprovou a coragem de um homem de visão, arrojado em percorrer lugares desconhecidos: Thomaz Larangeira, cuja Companhia Matte Larangeira teve seu ápice e decadência, ao longo de cinco décadas de exploração, tendo uma participação importante na economia mato-grossense, chegando até mesmo a conceder empréstimos ao Estado (CENTENO, 2008).

A concessão de exploração da erva-mate em Mato Grosso, segundo segue a pesquisa de Bianchini (2000), pode ser explicado através do entendimento de quem era Thomaz Laranjeira.

Conforme alguns, Thomaz tomou parte como aprovisionador das tropas brasileiras, na Guerra do Paraguai. Mais tarde, com a vitória do Brasil criou-se em 1872 a Comissão Demarcadora das novas fronteiras. Por essa ocasião, Thomaz, graças às amizades feitas durante a Guerra com os oficiais do Exército, engajou-se outra vez como abastecedor de víveres da Comissão Mista de Limites Brasil-Paraguai, que ficaria encarregada de demarcar as fronteiras entre os dois países.

Thomaz Larangeira já estava familiarizado com os ervais nativos de Santa Catarina e com o término da Guerra do Paraguai, estabeleceu-se como comerciante em Concepcion, Paraguai. Assim, ao fazer as descobertas dos ervais em Mato Grosso, procurou penetrar nos meios políticos, acabando por obter a concessão. Resgatando novamente Serejo (1986, p. 35-36), “foi o primeiro apadrinhamento político de que se tem notícias em coisas da erva”.

Com o término da Guerra do Paraguai, surgiu uma questão geopolítica de enorme envergadura, porque Madame Lynch, amásia de Solano Lopez, se

apropriara das terras invadidas por Martins Urbieta, situadas em Dourados, desde o Invinhema ao Iguatemi.

Após a derrota de Solano Lopez, madame Lynch procurou transferir a propriedade das terras para seu filho com o ditador, Enrique Venâncio Lopez. Daí em diante, Enrique Venâncio Lopez deu início aos trâmites junto à justiça brasileira, pela propriedade das terras; e após a longa pendência judiciária a causa só foi resolvida em 17 de dezembro de 1902 em acórdão do Supremo Tribunal Federal que julgou a ação improcedente (CORREA FILHO *APUD* BIANCHINI, 2000). O tema até hoje é tratado por não poucos autores como usurpação das terras paraguaias pelo Brasil.

Ao término da Guerra, o Paraguai perdeu uma extensão territorial de 156.415 km<sup>2</sup>, ao Brasil se anexou nesta oportunidade uma das zonas mais ricas em ervais nativos (WARREN, 1946 *APUD* BIANCHINI, 2000) Diante desse fato, o Paraguai sofria duas perdas: boa parte de suas terras e passava a enfrentar a concorrência brasileira.

A Companhia Matte Larangeira passou a existir através do Decreto N. 436C de 4 de julho de 1891, acompanhado de um Estatuto composto de VII Títulos, num total de 29 parágrafos.

A Matte Laranjeira agigantou-se com o correr do tempo, bem como, graças à exploração dos ervais mato-grossenses, nasceram muitas cidades, como Porto Murtinho (antigo porto de embarque ervateiro), Bela Vista, Amambaí, Itaporã, Ponta Porã, Dourados, Rio Brilhante, Caarapó, Aral Moreira, Naviraí, Iguatemi, Caracol, Invinhema, Jateí, entre outras que funcionavam como portos de coleta da erva-mate e mais tarde transformados em municípios.

Acompanhando a narrativa da pesquisadora Cristina Martins Guillen (2007, 623-626), no que se refere à Companhia, enxerga-se, no contexto histórico, outros fatos como os descritos no texto que segue.

Citada exemplarmente por adotar regime de trabalho análogo ao escravo, a Companhia Matte Larangeira tinha estabelecido um verdadeiro domínio na região sul de Mato Grosso através do monopólio que exercia sobre as terras ervateiras, já que detinha o arrendamento de cerca de dois milhões de hectares para a extração e a elaboração da erva-mate nativa.

O arrendamento da Companhia abrangia toda a região compreendida entre a fronteira com o Paraguai e delimitada pelos rios Paraná e Invinhema. Empregou indiretamente milhares de trabalhadores arregimentados no Paraguai, em sua grande maioria, e impôs nos ervais uma forma de trabalho baseado na escravidão por

dívida. Naturalmente, sua receita em muitos momentos foi maior do que a do Estado de Mato Grosso. (GUILLEN, 2007, p-623).

A situação dos trabalhadores foi questionada no próprio Estado e,, aparecendo a notícia de que havia escravidão no século XX, embora tal realidade fosse atribuída a condição de sertão em que o Estado vivia; que para dava entender que nessas condições não permitiam o desenvolvimento de relações de trabalho adequadas ao tempo em que viviam, e assim buscando justificar as condições de trabalho arcaicas existentes. Essa justificativa, entretanto, não estava de acordo com a estrutura moderna da Companhia, nada arcaica.

No que trata dos trabalhadores dos ervais, arregimentados no Paraguai, segundo a autora,

foram qualificados de beberrões, briguentos, preguiçosos e supersticiosos. Não afeitos ao trabalho, preferiam ficar “horas a fio nas casas de negócio, cantando e tocando sanfonas, violões e violinos”.

Investidos de caracteres negativos, os trabalhadores ervateiros tiveram sua cultura e seu modo de vida desqualificados para justificar o regime de trabalho que a Companhia impunha na sua área de arrendamento.

Condenados moralmente por sua incivilidade, foram alvos de estratégias que visavam, a partir de um outro ponto de vista cultural, valorizar a ordem, a lei e o trabalho: objetivava-se delinear um outro perfil para o trabalhador. Para se entender esse embate é preciso discutir as relações de trabalho dominantes no processo de elaboração da erva-mate, e alguns dos mecanismos implantados pela Companhia para deter o controle sobre a região ervateira e sobre o mercado de trabalho.

Outros pontos dessa realidade é abordada por Guillen (2007, p. 624), como pode ser verificado a seguir:

O trabalhador empregado nos ervais era o paraguaio, em sua grande maioria descendente dos guaranis, recrutado por toda a região. Não há motivos para se duvidar que as relações e o processo de trabalho fossem diferentes na Matte Laranjeira e na Industrial Paraguaia, companhia que dominava a exploração do mate no Paraguai.

O que importa destacar é que os trabalhadores ervateiros carregavam uma experiência de trabalho de muitas gerações, experiência essa que remonta às missões jesuíticas no século XVII e que não se modificou substancialmente nos séculos XVIII e XIX.

Especificamente para a região ervateira, o controle sobre as terras se deu com o arrendamento dos ervais assinado com o governo do Estado (e prorrogado sucessivamente), através do qual a Companhia Matte Laranjeira exerceu amplo domínio sobre a região até praticamente a década de 1940. Toda a história local está pontuada

por conflitos em torno da propriedade e da posse da terra, já que a Companhia, graças ao seu monopólio sobre os ervais, entendia que precisava impedir o estabelecimento de quem quer que desejasse terras nessa região.

E tinha poderes para isso, pois os contratos previam que podia expulsar quem se estabelecesse em área de arrendamento, mesmo que não fosse em terras ervateiras, e para tanto dispunha de polícia própria. O controle sobre as terras arrendadas à Matte foi motivo de revoltas, rebeliões armadas e discussões políticas de toda ordem, de modo que podemos afirmar que se constituiu em um eixo a partir do qual se conduziu a história da região.

Essa realidade teve fim no Estado Novo, com a revogação do contrato com a Matte, momento este em que também foi criada a Colônia Agrícola Federal de Dourados, com o objetivo de formar pequenas propriedades na região, também porque a Matte Larangeira, na Argentina, não necessitava do produto plantado nessas terras, haja vista que desenvolvia bastante as plantações na região de Misiones.

O controle sobre as terras também aconteceu no Paraguai, a partir de 1883, onde o Estado passou a vender suas terras, com preços muito elevados, ficando os trabalhadores sem condições de adquirir, e assim dificultando o acesso legal à terra. A região ervateira foi toda adquirida por 45 empresas, sendo que só a Industrial Paraguaia adquiriu um total de 2.647.327 hectares.

Das relações fronteiriças nesse contexto, os trabalhadores eram recrutados com promessas enganosas, como a autora descreve abaixo:

Desde o final do século XIX, os trabalhadores eram recrutados em cidades e vilas fronteiriças do Paraguai, ou em Posadas e Corrientes, na Argentina. Denominava-se o recrutamento de *conchavo*, e aquele que o empreitava, *conchavador*.

Circulando pelos bailes e prostíbulos, *bolichos* e corridas de cavalo, o *conchavador* mostrava aos trabalhadores a possibilidade de rápido enriquecimento e facilidades de ganho ao se empregar nos ervais, sempre comparando as condições de vida atuais com as que ele poderia vir a ter. Para consubstanciar o que dizia, oferecia uma quantia em adiantamento: o *antecipo*, que era gasto incontinente.

Assim, o trabalhador se dirigia ao erval já completamente endividado. Lá chegando, obrigavam-no a adquirir os gêneros de primeira necessidade e os instrumentos de trabalho no armazém da Companhia, que majorava os preços, entrando o trabalhador num círculo vicioso que caracteriza a escravidão por dívida. Por outro lado, as condições de trabalho e conseqüentes ganhos salariais não coincidiam com os descritos pelo *conchavador*.

Conforme Simões da Silva (1927) apud Guillen (2007, p. 627)

Uma vez pago o tal anticipo e com alguma sobra acumulada no baú, o que se verifica com mais de um ano de serviço, pede passagem, de ida e volta, para Posadas, que lhe é fornecida pela empresa, sempre gratuitamente; onde, no mesmo lapso de tempo (dois ou três dias) fica reduzido a mais extrema pobreza, chegando a ficar, um ou outro, até sem dinheiro para cigarros, sendo necessário novo anticipo voltando ele, outra vez, ao 'cativeiro', a suportar os horrores desta vida.

O relato da autora Cristina Martins Guillen, conforme verificado, mostra e aborda uma relação de poder contra os trabalhadores paraguaios, usando de artifícios e induções para o recrutamento do trabalhador para os ervais. Num contexto atual, tal prática, denominada trabalho escravo, ainda é denunciada em algumas propriedades pelo Brasil e Paraguai.

O mesmo relato faz Centeno (2008) em relação à forma de contratação por parte da Companhia Matte Larangeira, porém, resgatando um tempo antes, no próprio Paraguai, logo após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), onde os trabalhadores, por necessidade, eram aliciados nas empresas da região, também ervateiras na grande maioria, no dito sistema de escravidão por dívida.

Neste contexto até então exposto, aparece e se anuncia as relações que a erva-mate causou no território fronteiriço, e ao que cabe essa pesquisa, entre Brasil e Paraguai, delimitando-se na região do atual Mato Grosso do Sul. Aprofundando-se nas relações do território fronteiriço no contexto da erva-mate, verificou-se o aliciamento dos trabalhadores paraguaios através do conchavo.

Resgatando novamente Guillen, a autora menciona que o trabalho nos ervais era infernal, porém, essa característica não era exclusiva aos ervais, pois tais relações vigoravam em todo o Estado de Mato Grosso, de usinas a seringais.

Pensar a importância da atividade ervateira nas regiões de fronteira é pertinente, tendo em vista o elo de ligação, caracterizado e evidenciado sobretudo quando se recorda, por exemplo, do bloco econômico, fundamentado e estabelecido no continente sul americano.

Conforme se verifica, "o Mercosul se apresenta muitas vezes representando uma realidade econômica que assumem dimensões continentais. Os países que o integram compõem uma área territorial que se estende por mais de 11 milhões de quilômetros quadrados, dos quais quase 30 mil quilômetros de fronteiras" (MELO, 2009, p. 224).

Ignorar isso é ignorar uma possibilidade real e contínua de desenvolvimento econômico, a níveis que superam iniciativas locais, mas que contribuem certamente para o desenvolvimento local.

## **2.2 Percepção sobre as relações históricas entre Brasil e Paraguai no contexto da erva-mate**

A missão de expor as relações históricas dos dois países, sobretudo no contexto da erva-mate, é um trabalho que exige um desdobramento considerável, face às pequenas manifestações que existem no cotidiano das relações.

O texto que segue pontua alguns das relações que ajudaram a transformar a atividade ervateira no que é hoje, e vendo essas relações, permitir dar continuidade a construção histórica da erva-mate, e das pessoas que fazem parte dela.

A erva-mate é um produto do nosso continente, apresentado aos espanhóis pelos povos nativos do que é hoje o Paraguai. Este consumo tinha até então um ritual, o que foi transformado pelos espanhóis como um hábito diário e se espalhou por todo o território do Peru, até mesmo para o Panamá e México.

O rápido crescimento do consumo gerou uma busca comercial, que tinha de ser suprida por uma produção restrita para a região de selva entre os rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Esta busca também acelerou a escravidão maciça de mão de obra para a colheita, com a mortalidade de indígenas, dizimados pelo esforço exaustivo de trabalho, doenças ou supressão dos que se rebelaram (GARAVAGLIA, 1983).

Disputas sobre a propriedade do arrendamento das terras para o plantio e extração da erva-mate influenciaram muitos dos acontecimentos que direcionaram a história política e econômica da região, como se pode ver nos relatos sobre a Companhia Matte Larangeira, sua formação, ascensão e declínio, bem como seu mentor, Thomaz Larangeira.

Ao longo do tempo, o poder estatal se mostrou presente no controle dos rumos da atividade ervateira, desde o tempo de controle comercial colonial pela

coroa espanhola e posteriormente pelos governos do Paraguai, Argentina e Brasil, passando pelos domínios do território da produção ervateira. As próprias concessões demonstram isso, além dos planos de ocupação dos territórios fronteiriços, em pequenos povoados.

A relação fronteiriça intensa durante a construção da história da erva mate se mostra viva, desde a recordação do processo de conchavo, onde nestes sertões escravizavam os trabalhadores dos ervais, e que levaram, ao longo do tempo, a formação do que hoje se chamam de “brasiguaios”, brasileiros levados ao Paraguai para o trabalho no campo, bem como, paraguaios vivendo deste lado da fronteira.

Outra relação histórica aparece ao resgatarmos a origem da atividade ervateira na região onde hoje é a fronteira Brasil- Paraguai, que nos remete aos povos guaranis, moradores de toda a região fronteiriça do atual estado de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, que cultivavam a erva-mate para seu consumo próprio. Os guaranis repassaram aos seus descendentes as técnicas de cultivo e de preparo da erva para fazer a bebida que consumiam, o tereré.

No final do século XIX, com o início da exploração dos ervais nativos, foi justamente esse saber apropriado e disseminado por vários homens de origem paraguaia que permitiu o crescimento da economia ervateira e o povoamento do sul de Mato Grosso, território brasileiro.

Cabem mencionar as companhias Industrial Paraguaya, do lado paraguaio, e a Companhia Matte Larangeira, do lado brasileiro, nas relações Brasil-Paraguai. A primeira, prejudicada pela isenção fiscal concedida à segunda, via seu produto perdendo mercado pela vantagem de preço da erva-mate brasileira, embora, por outros interesses, não sinalizaram descontentamento para que as regras fossem alteradas.

O fato é que havia interesse do governo paraguaio pois a própria Companhia Matte Larangeira mantinha depósitos de sua atividade em Vella Concepción, no Paraguai, que eram abastecidos com erva-mate brasileira, além de transportá-las pelas vias paraguaias, o que ajudou a desenvolver as vilas do entorno, além é claro, de desagradar o governo brasileiro, esperançoso pela arrecadação de impostos e desenvolvimento local, o que não ocorreu.

Em detrimento ao antigo Mato Grosso, a Companhia investia cada dia mais seu capital no outro lado da fronteira, ignorando o nacionalismo inicial que consentiu a criação e consolidação da Companhia nestas terras.

A Matte Larangeira, em seu expansionismo monopolista, comprou a empresa ervateira de Fernandes Hermanos, situada na vila paraguaia de San Pedro. Mais um interesse particular em detrimento à região brasileira, cuja relação com o território paraguaio se fortalece.

Devido a fatos como estes, e a política de povoamento na faixa de fronteira, incentivadas pelo governo, a Matte Larangeira foi perdendo espaço, entrando assim os pequenos produtores, sem características monopolistas, e com a vantagem de ocupar a faixa de fronteira, como queria o governo.

Nisso podemos observar a relação intrínseca entre os povos brasileiros e paraguaios, que tanto na luta pelo trabalho, na luta pela terra, se fixaram dos dois lados da fronteira, no início com a erva-mate, e hoje mantém suas relações sociais, além de outros laços estabelecidos ao longo do tempo, que proporciona o compartilhamento e aderência das culturas dos dois países.

### **3 CARACTERIZAÇÃO DA ERVA-MATE EM MATO GROSSO DO SUL: ESTRUTURA, PRODUÇÃO E ATORES**

O capítulo que se inicia busca caracterizar a erva-mate em Mato Grosso do Sul, não numa caracterização física da planta ou dos ervais, nem detalhadamente as etapas do processo de produção e beneficiamento, mas sim expor a realidade da produção e comércio da atividade ervateira em meandros que permeiam esta atividade.

No entanto, para fins introdutórios, segue-se uma básica menção de suas características físicas. A erva-mate é uma planta arbórea, perenifólia, nativa das áreas subtropicais da América do Sul. Manifesta-se principalmente nas áreas florestais do norte da Argentina, Paraguai e Uruguai e o sul da Bolívia e do Brasil, em altitudes variáveis entre 400 e 800 metros (PERALTA, 2011).

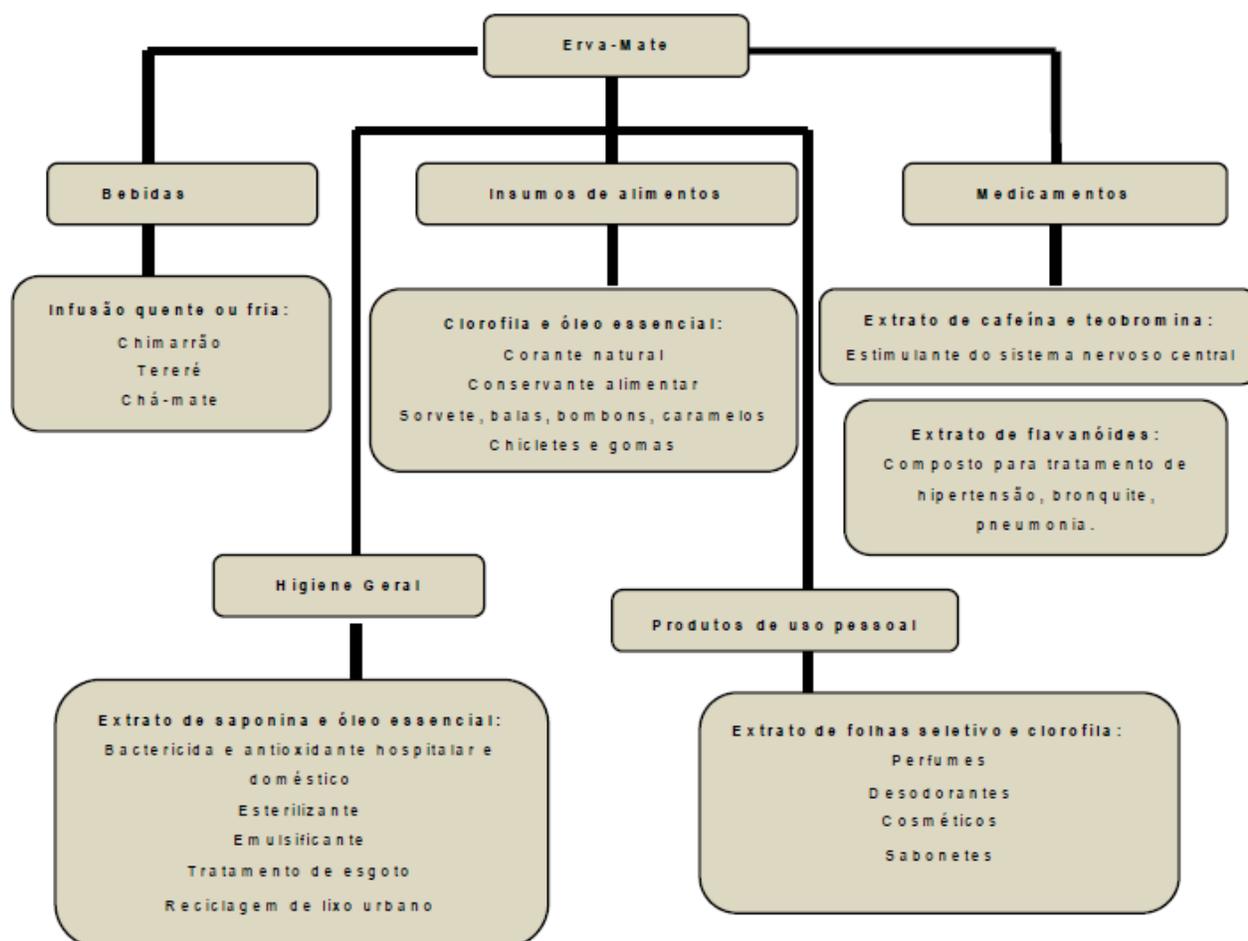
A árvore apresenta, em média, de 4 a 15 m de altura, dependendo da idade e do tipo de sítio. Apresenta copa densa e tronco curto (30 a 40 cm de diâmetro), com casca externa de coloração acinzentada.

#### **3.1 Caracterização estrutural e de produção**

Numa dimensão estrutural e de produção, a erva mate possui inúmeras aplicações exploradas e a serem aproveitadas, cuja demanda exige o investimento necessário para sua realização, bem como, enxergar os mercados consumidores e em potencial para cada vertente de produção.

No que trata à sua aplicação industrial, a figura 1, apresentada a seguir, retrata as finalidades da planta, o que também permite ter a idéia de como a atividade se desenvolve, e as possibilidades a serem desenvolvidas, não refletindo nessa estrutura a erva-mate como fim, mas como meio para a produção de outras marcas e conceitos, tendo como composto os elementos presentes na erva-mate.

**Figura 01** –.Aplicação industrial da erva-mate



**Fonte:** Peralta, 2011.

Observa-se na figura em questão que as finalidades da erva-mate são diversas, face suas propriedades, o que permite ao setor se desenvolver de maneira plena. Porém, é válido mencionar que para essas diversas variáveis da utilização da erva-mate, carece de uma estrutura de produção e beneficiamento igualmente complexa e completa para a posterior comercialização.

No que diz respeito à comercialização da erva-mate, a atividade caracteriza-se conforme pesquisado em Peralta (2011), que esta pesquisa busca pontuar, para assim evidenciar o contexto atual da erva-mate, e num contexto específico, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Os principais produtores e consumidores de erva-mate no mundo continuam sendo o Brasil, Argentina e Paraguai (RUCKER, 1996 *apud* PERALTA 2011).

Em 2009, o Brasil enviou erva-mate para 29 países, de todos os continentes (ABIMATE, 2010 *apud* PERALTA 2011).

A principal demanda do mercado externo da erva-mate está relacionada à oferta de matéria-prima no mercado interno e externo.

Foi criada em 2009 a Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Erva-Mate (ABIMATE), uma entidade sem fins lucrativos, que visa no associativismo promover o crescimento das indústrias produtoras de erva-mate no país, o aprimoramento de seus produtos.

A ABIMATE tem como objetivo fomentar a comercialização e a exportação de seus compostos e derivados e conta com parceiras como instituições públicas e privadas envolvidas na promoção e desenvolvimento do setor produtivo e industrial da erva-mate.

Mato Grosso do Sul ainda não conta com sindicato fortalecido dentro do Estado, porém, possui o Sindicato das Indústrias de Erva e Derivados de Mate de Mato Grosso do Sul (Sindimate/MS), que busca o crescimento, fortalecimento e diversificação da atividade ervateira no Estado.

O Estado de Mato Grosso do Sul ocupa o quarto lugar entre os produtores, o que representa apenas 0,16% da produção brasileira. As reduções da produção foram drásticas a partir de 2004. Diminuiu cerca de seis vezes nos últimos seis anos, ou seja, passou de 2,283 toneladas/ano para 352 toneladas/ano, deixando exposta a impossibilidade do Estado se recuperar após a crise do setor, ocorrida em 2002.

Ultimamente o Estado de Mato Grosso do Sul produz apenas 2 mil toneladas, das 10 mil que consome por ano, o que obriga as indústrias instaladas a importar 80% da matéria-prima utilizada de Estados vizinhos, e até mesmo do Paraguai e Argentina.

Adentrando-se ao Estado de Mato Grosso do Sul, e a sua produção, destacam-se 5 municípios na produção da erva-mate: Amambaí, Aral Moreira, Iguatemi, Ponta Porá e Tacuru.

Praticamente todos os outros Municípios situados junto aos limites fronteiriços do Cone Sul do Estado, com exceção de Bela Vista, também são produtores de erva-mate, entretanto, não apresentam a mesma importância em quantidade e se destacam por não apresentar continuidade ou estabilidade produtiva. São 10 Municípios que se enquadram nesta situação: Coronel Sapucaia,

Sete Quedas, Laguna Carapã, Paranhos, Itaquirá, Antônio João, Eldorado, Japorã, Caracol e Mundo Novo.

Existem oito Municípios produtores na área mais interna da Zona de Fronteira, cuja característica principal tem sido a produção baixa e intermitente. São eles: Juti, Caarapó, Maracaju, Fátima do Sul, Dourados, Deodópolis, Glória de Dourados e Rio Brillhante.

Vale ressaltar que existem 15 Municípios que abrigam unidades de beneficiamento de erva-mate dentro do Estado. Neste caso, nem todos estão no Cone Sul, mas atraem o empreendimento por serem cidades de maior porte e que abrigam o maior número de consumidores. São eles: Campo Grande, Dourados e Três Lagoas.

Dando continuidade à caracterização da erva-mate em Mato Grosso do Sul, tem-se informações da pesquisa de Omar Daniel (2009), que aborda alguns aspectos pertinentes ao estudo ora desenvolvido.

No que tange à produção no Estado, ela caiu para menos da metade, desde o início da década de 1990 e as causas devem ser mais bem estudadas, podendo-se incluir entre elas, o desmatamento de áreas com ervais nativos e as dificuldades dos agricultores, gerada pelo Plano Real.

Um ponto negativo na atividade é o cunho extrativista da colheita, que desconsidera a recuperação das árvores, bem como as podas com técnicas mais modernas.

Outro ponto negativo é o fato de que, entre os quatro estados brasileiros que atuam na produção da erva-mate, o Estado de Mato Grosso do Sul é o que menos investe em pesquisa, para não afirmar que tal investimento é nulo também no que diz respeito ao desenvolvimento da cultura da erva-mate.

Nessa perspectiva, fica justificado a pouca representatividade do Estado de Mato Grosso do Sul na produção ervateira, que não supre nem mesmo a demanda do consumo interno da população local, o que não nos permite ao menos pensar em um âmbito de exportação.

A maioria da erva-mate ofertada hoje resulta de processo mecânico, de modo automático e rápido, do início ao fim do processo. De um lado dá mais dinamismo ao processo e futura comercialização, ao mesmo tempo diminui a necessidade de mão de obra, o que nos remete à falta de emprego oriundo da modernização agrícola.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), retoma-se a menção de que a atividade ervateira em Mato Grosso do Sul fica aquém dos outros Estados produtores, quais sejam, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o que pode ser verificado na Figura 2:

**Figura 02** – Produção da erva-mate em Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

**Mato Grosso do Sul**

Erva-mate (folha verde) - quantidade produzida	3.494	Toneladas
Erva-mate (folha verde) - valor da produção	448	mil reais
Erva-mate (folha verde) - área plantada	248	Hectares
Erva-mate (folha verde) - área colhida	248	Hectares
Erva-mate (folha verde) - rendimento médio	14.088	kg/hectare

**Rio Grande do Sul**

Erva-mate (folha verde) - quantidade produzida	260.413	Toneladas
Erva-mate (folha verde) - valor da produção	109.784	mil reais
Erva-mate (folha verde) - área plantada	30.678	Hectares
Erva-mate (folha verde) - área colhida	29.257	Hectares
Erva-mate (folha verde) - rendimento médio	8.900	kg/hectare

**Paraná**

Erva-mate (folha verde) - quantidade produzida	123.132	Toneladas
Erva-mate (folha verde) - valor da produção	40.259	mil reais
Erva-mate (folha verde) - área plantada	30.447	Hectares
Erva-mate (folha verde) - área colhida	30.447	Hectares
Erva-mate (folha verde) - rendimento médio	4.044	kg/hectare

### Santa Catarina

Erva-mate (folha verde) - quantidade produzida	38.602	Toneladas
Erva-mate (folha verde) - valor da produção	9.348	mil reais
Erva-mate (folha verde) - área plantada	8.928	Hectares
Erva-mate (folha verde) - área colhida	7.141	Hectares
Erva-mate (folha verde) - rendimento médio	5.405	kg/hectare

**Fonte:** IBGE (2010). Lavoura Permanente 2010.

Verifica-se nesses dados que Mato Grosso do Sul não participa da disputa direta da produção e beneficiamento da erva-mate, deixando a cargo dos produtores dos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Desta forma, há de se ponderar as demandas do setor para que haja o desenvolvimento de forma escalonada desta atividade. Iniciativas como os Arranjos Produtivos Locais (APLs), iniciativa privada, participação governamental, instituições de pesquisa, e movimento associativo são opções para dar o merecido e necessário impulso dessa área que além do puro aspecto econômico, carrega em seu bojo uma rica história e um simbolismo, cuja cultura local e regional já beberam nesta fonte, que hoje parece mais seca nestas terras.

### 3.2 Os atores da atividade ervateira em Mato Grosso do Sul

Durante a realização da pesquisa verificou-se diversos atores que compõem a atividade ervateira, o que não necessariamente significa afirmar que são atores que trabalham com a produção e comercialização da erva-mate.

Entende-se nesse contexto a presença de instituições públicas e privadas, associações, sindicatos, empresas de produção e beneficiamento da erva, instituições de pesquisa, dentre outros, que fazem parte de uma forma ou de outra desta atividade.

Iniciando a identificação dos atores, tem-se as prefeituras dos municípios produtores, bem como órgãos do governo do Estado, como a Agência do Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), a Secretaria de Estado de

Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR).

Um exemplo é o convênio que firmou a consolidação do projeto de Arranjo Produtivo Local (APL) da erva-mate em Ponta Porã, no ano de 2006, através da articulação institucional entre a Prefeitura Municipal de Ponta Porã, AGRAER (antigo IDATERRA), SEPROTUR (extinta SEPLANCT), e o Ministério da Integração Nacional (MIN), com os objetivos na criação do APL, a fim de fortalecer a cadeia produtiva da erva-mate e buscar o desenvolvimento organizado; gerar emprego e renda; desenvolver a cadeia produtiva do produto e suprir o déficit produtivo regional; contribuir para o desenvolvimento organizacional dos diversos integrantes da cadeia produtiva (CARVALHO, 2010).

Destacando o MIN, outro ator importante para a atividade ervateira em Mato Grosso do Sul, o referido Ministério, através do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), emitiu recentemente a Resolução n.º 431, de 22 de setembro de 2011, que trata do financiamento para a implantação de culturas permanentes de erva-mate.

No que se refere à SEPROTUR, a Secretaria abriga, desde a criação em 2007, o Núcleo Estadual de Apoio aos APLs (NE-APLs/MS) e é a coordenadora do Núcleo a nível de Estado. Neste contexto, o Núcleo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais de Mato Grosso do Sul <sup>2</sup> possui outras instituições integrantes, conforme segue listado:

- Secretaria do Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC
- Fundação do Trabalho e Qualificação Profissional do Mato Grosso do Sul - FUNTRAB
- Federação da Agricultura do Mato Grosso do Sul – FAMASUL
- Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul – FIEMS
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do MS - FETAGRI-MS
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR-MS

---

<sup>2</sup> Dados com maiores informações das instituições integrantes do NE-APLs/MS podem ser encontrados em: <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1295015510.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1295015510.pdf)>. Acesso em: 08 mar. 2012.

- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
- Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul - SEBRAE-MS
- Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte - EMBRAPA-CNPGC
- Centro de Pesquisa Agropecuária Oeste - EMBRAPA-CPAO
- Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal - EMBRAPA-CPAP
- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - FUFMS
- Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS
- Universidade Dom Bosco – UCDB
- Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP/ANHANGUERA
- Banco do Brasil S.A.
- Caixa Econômica Federal
- Câmaras Setoriais (Representante).

Vale ressaltar que a lista ora apresentada se refere ao NE-APLs/MS, assim englobando os variados APLs existentes no Estado, e não somente o APL da erva-mate.

No contexto ervateiro, cabe destacar a presença das universidades, entre públicas e privadas, que são: UCDB, UEMS, UNIDERP/ANHANGUERA, UFGD e UFMS, que desenvolvem suas pesquisas no âmbito da graduação e da pós-graduação, dando embasamento teórico nas discussões dos rumos da atividade ervateira. Isso pode ser evidenciado nas publicações destas instituições que continuamente acrescentam vieses ao debate.

Não obstante, também a EMBRAPA-CPAO e o SEBRAE-MS fortalecem o corpo técnico-científico dando suporte às pesquisas e estudos de viabilidade nos empreendimentos que circundam a atividade ervateira em Mato Grosso do Sul, que na soma de esforços, atuam no fortalecimento da atividade, assim como, oferecem assessoria aos profissionais do setor desde o manejo ao plano de negócios da atividade.

Outro elo importante, ainda em fase de consolidação, é o Sindicato das Indústrias Ervateiras e Produtores de Erva Mate de Mato Grosso do Sul (Sindmate), que vem buscando parcerias entre as entidades dos governos municipais, estadual

e federal, afim de que possam dar subsídios à atividade ervateira, sendo assim, uma ponte entre produtores e poder público.

Além disso, existem 23 empresas de beneficiamento de erva-mate, distribuídas entre os municípios de Mato Grosso do Sul. Nota-se que os municípios com maior quantidade de empresas legalizadas no Estado de Mato Grosso do Sul encontram-se em Campo Grande (capital), Amambaí e Ponta Porã, sendo estas classificadas como micro-indústrias.

A maioria destas micro-indústrias compra matéria-prima, ou seja, erva-mate cancheada, da Argentina e do Paraguai, devido ao menor preço e a pouca oferta de matéria-prima no mercado interno, ao mesmo tempo em que evitam problemas com a legislação ambiental e sanitária, devido as diferenças de legislação entre os países citados e o Brasil.

Entre essas empresas pode-se mencionar: Erva Mate Santo Antonio; Erva Mate Globo; Indústria E Comércio de Erva-Mate Mazutti LTDA; Erva-Mate Tio Ramão; São Ramão; A Erva-Mate Caseira; Erva-mate Estrela; São Roque; Erva Mate Tupy; Erva Mate Campo Flor; Erva Mate Campanário; Indústria e Comércio de Erva – Mate Sete Quedas; Comercio de Erva Mate Erva Verde; Industria e Comércio de Erva Mate Safra; Comercio e Empacotamento de Erva Mate Princesinha; entre outras.

Nesses atores também entram os assentamentos responsáveis pelo plantio dos ervais, que pode ser exemplificado pelos assentamentos Itamaraty, em Ponta Porã, Canta Galo, em Maracaju, e o assentamento Rancho Loma, em Iguatemi.

Os assentamentos, como atores da atividade ervateira, dão uma dimensão de cultivo, diferente do arraigado extrativismo, além de beneficiar maior número de famílias que tiram o sustento do cultivo da erva-mate.

Com o exposto até então, verifica-se que a presença dos atores descritos na atividade ervateira é de suma importância para a continuação da atividade, bem como, cria possibilidades para o desenvolvimento e aumento da produção e comércio.

As Políticas Públicas em prol da erva-mate merecem a atenção de todos os envolvidos, seja iniciativa privada, poderes públicos e organizações do terceiro setor, universidades e institutos de pesquisa, a fim de construir uma política de manutenção e apoio aos produtores, sobretudo, dos micro-produtores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A característica endógena da erva-mate, assim como de outras atividades produtivas, deve ser reconhecida e trabalhada, de modo a fortalecer o conceito de redes, com a participação da comunidade local, e com o apoio do poder público e suas instituições, através de políticas públicas que atendam especificamente o setor ervateiro.

As cooperações oriundas das ações organizadas e sinérgicas dos atores, numa relação de vizinhança e juntos integrando-se de modo a potencializar suas forças e minimizar seus pontos fracos, fazem com que haja a melhoria de seu desenvolvimento econômico, e das outras empresas que compõem esse ambiente produtivo.

Num outro olhar, a construção do conhecimento desses atores proporcionam as possibilidades inovativas necessárias aos rumos do negócio frente à realidade local e global de seu segmento econômico. Essa construção de conhecimento se dá de forma interativa e coletiva, face à proximidade, ou vizinhança, bem como varia de acordo com o grau de colaboração e integração que essa rede se encontra.

Quanto mais desenvolvida e mais identificada estiver essa rede de colaboração, bem como mais integrada aos atores que a compõe, como instituições públicas e privadas, instituições de pesquisa, fornecedores, etc., mais possibilidades inovativas surgirão, e a atividade começa a ter moldes inovativos, como discute Le Bourlegat (2006, p. 30),

o enraizamento dos conhecimentos acumulados no meio pelos atores envolvidos nessas empresas condiciona a inovação, enquanto as normas de regulação e formas de governança consolidam essa integração, dando origem a sistemas locais de produção.

Mato Grosso do Sul é o único Estado brasileiro integralmente inserido nas duas bacias hidrográficas da grande Bacia do Rio da Prata, e devido a isso, possui acesso facilitado por via terrestre aos portos platinos. Além disso, o conhecimento e as conexões culturais e comerciais construídas ao longo da história estão estabelecidas na essência, e permeiam as práticas da população local transfronteiriça em seu cotidiano.

A atividade ervateira permite que se crie postos de trabalho e renda para comunidades indígenas e pequenos produtores rurais como nenhuma outra. Além disso, foi inserida a pouco tempo no Programa Mais Alimentos, que beneficia a agricultura familiar. Calcula-se que em um hectare de erva-mate - onde é possível plantar 2.500 mudas - são gerados 15 postos de trabalho, e ainda, produzir até 25 mil quilos de folhas.

Hoje a erva-mate brasileira está presente em 24 países, tendo a Austrália como o mais recente importador, o que mostra o incentivo feito aos produtores do setor.

A história da erva-mate foi traçada e forjada nas mãos de trabalhadores que chegaram a ser escravizados, e a atividade estava nas mãos de influentes proprietários de terras, fruto de seu poder político. O valor simbólico da erva-mate, este simbolismo que a história construiu com seu povo, nos faz querer preservar a cultura da erva-mate, e para isso, necessitamos que esta atividade esteja consolidada.

Na impossibilidade de se aprofundar em muitas questões do tema deste trabalho, emerge dessa discussão, ora exposta outros, vieses de estudo, bem como, o complemento e continuação desta pesquisa, ficando assim, sugerido debates como o acompanhamento realidade do Arranjos Produtivos Locais da Erva-mate, e de outros APLs localizados na faixa de fronteira; estudo da realidade atual dos assentados, cultivadores da erva-mate; verificação da existência e quantidade de políticas públicas voltadas à erva-mate nos últimos anos; constações da relação entre as entidades estaduais que representam os produtores com a ABIMATE; dentre outras.

Com isso, este trabalho encerra-se o proposto, porém, ficando as reticências que uma pesquisa deixa para novos desdobramentos e ponderações.

## REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo: **Homem: satã ou anjo bom?** Ed. Record, Rio de Janeiro, 2008.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

BRITTS, Joyce Karoline; COSTA, Edgar Aparecido da. Diálogo e desenvolvimento territorial. In: COSTA, Edgar Aparecido da; SILVA, Giane Aparecida Moura; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (org.). **Despertar para a fronteira**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. p.161-180.

CARVALHO, Thiago Rodrigues. **O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira e o Mato Grosso do Sul: discursos e desdobramentos da política governamental na fronteira**. 2010. 289f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

CENTENO, Carla Villamaina. **Educação e trabalho na fronteira de Mato Grosso: estudo histórico sobre trabalhador ervateiro (1870-1930)**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

COSTA, Edgar Aparecido da. Ordenamento territorial em áreas de fronteira. In: \_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado (Org.). **Seminário de Estudos Fronteiriços**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009, v. 1, p. 61-78.

DANIEL, Omar. **Erva-mate: sistema de produção e processamento industrial**. Dourados, MS : UFGD ; UEMS, 2009.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois; COSTA, Laís. A política nacional de integração e desenvolvimento das fronteiras: o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF. In: Oliveira, Tito Carlos Machado de (org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005. p. 25-46.

GARAVAGLIA, J.C. **Mercado interno y economía colonial: tres siglos de historia de la yerba mate**. Editorial Grijalbo. México, 1983.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUILLEN , Isabel Cristina Martins . O trabalho de Sísifo: “escravidão por dívida” na indústria extrativa da erva-mate (Mato Grosso, 1890-1945)\*. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38: p.615-636, Jul/Dez 2007

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, Rogério: **Des-territorialização e Identidade**. Ed. UFF, Niterói, 1997.

LE BOURLEGAT, C. A. Ordem local como força interna de desenvolvimento. Interações - **Revista Interações**. Campo Grande: UCDB, v.1, n.1, p.13-20, set. 2000.

LEENHARDT, Jacques. Fronteiras, fronteiras culturais e globalização. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais**: Brasil, Uruguai, Argentina. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2002. p. 27-34

MACHADO, Lia Osório et. al. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: Oliveira, Tito Carlos Machado de (org.). **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005. p. 87-112.

MELO, Joel Alves de. Para entender o Mercosul: o surgimento e a evolução do Mercosul nos primeiros 10 anos de sua existência – 1991 a 2001. In: VICENTINI, Claudia Mara(org.). **Administração em foco**. Curitiba: Camões, 2009. p. 223-249.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: Espaço de referência identitária. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**.v.1,n.2, dez. 2007, p.27-41. Goiânia-GO.

OLIVEIRA, Lis Damasceno de; PINHEIRO, Luiz Eustáquio Lopes; MICHELS, Ido Luiz; BRUM, Eron. A organização da atividade turística em Corumbá, sob os enfoques dos conceitos de cadeia produtiva e arranjo produtivo local. **Pasos**: revista de turismo y patrimônio cultural, Universidad de La Laguna, La Laguna, v. 6, n. 3, 2008, p. 511-522.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. Imigrantes em região de fronteira: condição infernal. OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (Org.) **Guerras e imigrações**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Uma fronteira para o pôr-do-Sol**: um estudo geo-econômico sobre uma região de fronteira. Campo Grande, MS: Ed. UFMS: 1998.

PERALTA, Reginaldo Vilhalba. **Arranjo produtivo local da erva-mate na fronteira de Mato Grosso do Sul**. 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais**: Brasil, Uruguai, Argentina. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2002. p. 36-39.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: Oliveira, Tito Carlos Machado de (org.). **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005. p. 9-15.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções do território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: \_\_\_\_\_; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular. 2009. p. 73-94.

SEREJO, Hélio. Carai. In: **Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986. p- 27-194.

SOUZA, Edson Belo C. de. Tríplice Fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina. In: **Revista Terr@ Plural**, v.3, n.1, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.